

# REFLEXÕES EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOCENTE

MAGALI SUZANA SANTOS\*

Rede Pública de Educação da Bahia

<https://orcid.org/0000-0001-9329-8886>

## RESUMO

Este artigo intitulado “Educação de jovens e adultos: contexto, sujeitos e saberes necessários” sobre Educação de Jovens Adultos (EJA) constitui-se como um desdobramento de minha Pesquisa do Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), intitulada “Culturas juvenis na escola pública: contextos de uma instituição de ensino médio em Tucano-BA”, sob a orientação de Dr. Miguel Almir Lima de Araújo. A Educação de Jovens Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade da Educação Básica e como um direito para os cidadãos brasileiros que não tiveram condições de cursar na idade adequada os estudos, a qual pode promover o acesso e o domínio da leitura e da escrita, bem como ascensão socioeconômica. Para compreender a Educação de jovens e adultos utilizamos a abordagem qualitativa com, aproximação etnográfica. O artigo foi estruturado objetivando realizar uma reflexão sobre a EJA no Brasil e no Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CELEM), além de construir um breve registro a partir de minhas experiências docente na rede pública de educação sobre educando deste segmento, assim, para melhor interpretar e construir o objeto de estudo, a EJA no CELEM, utilizamos dados da dissertação de mestrado e pesquisa bibliográfica. Nessa perspectiva, os resultados obtidos permitem concluir que a experiência educativa da EJA vem buscando valorizar a cultura, a formação intelectual, profissional e cidadã dos estudantes da EJA, visando uma aproximação entre escola e alunos, porém necessita abrir espaços dando voz aos sujeitos da EJA, considerando os contextos existenciais e assim suas condições de vida.

**Palavras-chaves:** Educação. Educação de Jovens e Adultos. Sujeitos. Saberes.

## ABSTRACT

### REFLECTIONS ON YOUTH AND ADULT EDUCATION FROM THE TEACHING EXPERIENCE

This article entitled “Education of young people and adults: context, subjects and necessary knowledge” on Education of Young Adults (EJA) constitutes an

---

\* Doutorado em Educação pela Universidade Interamericana de Assunção/Paraguai (2022). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2019. Habilitada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO); Especialização em Metodologia Pesquisa e Extensão em Educação (UNEB). Professora da Rede Pública de Educação da Bahia. E-mail: [magasuzan@yahoo.com.br](mailto:magasuzan@yahoo.com.br)

offshoot of my Research of the Master in Education by the State University of Feira de Santana (UEFS), entitled “Youth cultures in public schools: contexts of a high school institution in Tucano- BA”, under the guidance of Dr. Miguel Almir Lima de Araújo. EJA is configured as a modality of Basic Education and as a direct one for Brazilian citizens who do not have the conditions to take an appropriate course for their studies, to which they can promote or access the domain of reading and writing, bem as socioeconomic ascent. To understand the Education of youth and adults we use a qualitative approach, an ethnographic approach. O artigo was structured aiming to briefly contextualize EJA no Brasil e no Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CELEM), as well as constructing a brief record based on minhas teaching experiences on educating this segment, also, in order to interpret and build or study object , at EJA not CELEM, we use data from the dissertation of teaching and bibliographic research. From our perspective, the results obtained allow us to conclude that the educational experience of EJA is seeking to value culture, intellectual training, professional and cidadã two students of EJA, aiming an approximation between school and students, therefore it is necessary to open spaces giving voice to subjects of EJA, considering the existential contexts and also their living conditions.

**Keywords:** Education. Youth and Adult Education. Subjects. Knowledge.

## RESUMEN

### REFLEXIONES SOBRE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS DESDE LA EXPERIENCIA DOCENTE

Este artículo titulado “Educación de jóvenes y adultos: contexto, materias y conocimientos necesarios” sobre Educación de Jóvenes Adultos (EJA) constituye una rama de mi Investigación de la Maestría en Educación de la Universidad Estadual de Feira de Santana (UEFS), titulada “Culturas juveniles en escuelas públicas: contextos de una institución de bachillerato en Tucano-BA”, a cargo del Dr. Miguel Almir Lima de Araújo. La Educación para Jóvenes Adultos (EJA) se configura como una modalidad de Educación Básica y como un derecho de los ciudadanos brasileños que no pudieron estudiar en la edad adecuada, que puede promover el acceso y dominio de la lectura y la escritura, así como el ascenso socioeconómico. Para comprender la educación de jóvenes y adultos utilizamos el enfoque cualitativo con enfoque etnográfico. El artículo se estructuró con el fin de contextualizar brevemente EJA en Brasil y en el Colegio Estatal Luís Eduardo Magalhães (CELEM), además de construir un breve registro de mis experiencias docentes sobre la educación de este segmento, para así interpretar y construir mejor el objeto de estudio. , EJA en el CELEM, utilizamos datos de la tesis de maestría y la investigación bibliográfica. En esta perspectiva, los resultados obtenidos permiten concluir que la experiencia educativa de EJA ha buscado valorar la cultura, la formación intelectual, profesional y ciudadana de los estudiantes de EJA, con el objetivo de acercar escuelas y estudiantes, sin embargo se necesita abrir espacios que den voz a las asignaturas de EJA. , considerando los contextos existenciales y por ende sus condiciones de vida.

**Palabras clave:** Educación. Educación de jóvenes y adultos. Asignaturas. Conocimiento.

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de educação oferecida para os cidadãos brasileiros que não tiveram a condição de cursar no período escolar regular o Ensino Fundamental e Ensino Médio por diferentes motivos que revelam a profunda desigualdade social existente em nosso país. Nesse aspecto vem a configurar-se enquanto direito e, principalmente, oportunidade para que nossos cidadãos possam apropriar-se desse fenômeno humano sociocultural para adquirir formação intelectual, profissional e cidadã.

Historicamente o marco da educação no Brasil fora gestado a partir de 1549 com a fundação da cidade de Salvador e da instalação de um Governo Geral Português na Bahia, como também com a chegada dos jesuítas nessas terras com a implementação do projeto de dominação portuguesa. Esse marco configura-se como o momento inicial do processo de colonização através da educação de indígenas adultos em nosso país, o qual caracterizou-se por “aculturar os povos aqui existentes”, catequizando-os com fundamentos dos princípios religiosos católicos ensinando a língua portuguesa, bem como a cultura ocidental europeia aos povos da América (Paula e Oliveira, p.16, 2011).

Vale reiterar que o projeto educacional brasileiro foi profundamente afetado com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, por determinação do Marquês de Pombal. Ademais, Shigunov Neto e Maciel (2008, p.) refletem:

“as conseqüências do desmantelamento da organização educacional jesuítica e a não-implantação de um novo projeto educacional foram graves, pois, somente em 1776, dezessete anos após a expulsão dos jesuítas, é que se instituíram escolas com cursos graduados e sistematizados.”

Na concepção de Shigunov Neto e Maciel (2008, p.) “a metodologia eclesiástica dos jesuítas foi substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica”, desse modo, estava de acordo com os ideais iluministas propagados na época. A proposta de reforma educacional

Pombalina representou a destruição e negação do que estava posto e a introdução de novas propostas, não havendo assim uma continuidade nas políticas educacionais. Infelizmente esse acontecimento gerou conseqüências no campo educacional durante todo o Período Imperial. Ao final do Império, o Brasil tinha uma população de 85% de analfabetos e, infelizmente adentramos a República com essa triste realidade (Paula e Oliveira, p.17, 2011).

Contudo, nestas primeiras décadas do século XXI vivemos ainda uma triste realidade no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, visto que as estatísticas demonstram que a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade concentra 6,6% de nossa população, aproximadamente 11 milhões de analfabetos de acordo com os dados (IBGE-EDUCA, 2020).

Nesse sentido, faz-se pertinente investir em políticas públicas que reservem recursos humanos, materiais e financeiros para os alunos da EJA, para que o curso não seja apenas uma compensação, mas sim que ofereça educação de qualidade.

## REFLEXÕES EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOCENTE

A educação de jovens e adultos revela-se como uma modalidade de ensino que visa reparar o não acesso à escola na idade adequada, bem como o abandono advindo de diversas situações de vulnerabilidade que envolve os sujeitos desse processo educacional e os impede de ascender socialmente, acentuando ainda mais as desigualdades socioeconômicas e os impede de exercer a cidadania. Não apenas no Brasil ou em países em desenvolvimento, mas também a nível mundial.

Faz-se mister ter conhecimento do processo histórico que sobremaneira influencia a situação do processo de escolarização dos nossos jovens, adultos enquanto expressão concreta

da desigualdade social existente em nosso país.

A educação de jovens e adultos vem a configurar-se como resultados de luta e conquista amparada por políticas internacionais, bem como de políticas públicas para propiciar a educação para os sujeitos dessa modalidade educacional e, que certamente enfrenta muitos desafios no mundo contemporâneo.

A história da educação, no Brasil, bem como a educação de adultos tem início com o projeto de colonização portuguesa. Para SHIGUNOV NETO e; MACIEL (2008, p. 173)

[...] o Projeto Educacional Jesuíta, apesar de estar subordinado ao Projeto Português para o Brasil, tinha determinada autonomia, e teve papel fundamental na medida em que contribuiu para que o Governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização brasileiro, bem como se constituiu no alicerce da estrutura educacional da Colônia brasileira.

Nesse projeto a religião e a educação dos nativos, os indígenas, tanto da religião, quanto da língua portuguesa ficavam sob a responsabilidade dos jesuítas, representantes da Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola. A companhia de Jesus foi uma importante ordem religiosa católica romana criada em 1540 durante a Reforma Católica, enquanto reação à Reforma Protestante.

Contudo, com a expulsão dos jesuítas, em 1759 pelo secretário da administração que gerou diversos prejuízos pelo desmantelamento da organização educacional, pois o projeto educacional brasileiro proposto fora concretizado dezesseis anos depois da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal e não apresentou grandes alterações mesmo com instituições de cursos sistematizados.

No Brasil durante o contexto da República Velha ou República Oligárquica não promoveu mudanças por parte das autoridades governamentais no campo educacional pela falta de estrutura dos estados e municípios e isso se refletiu não favorecendo a construção de uma política pública nacional para a educação como para a Educação de Jovens e Adultos.

Ademais, lá pelos idos de 1940 veio a surgir uma responsabilização do Estado, tanto pelo desenvolvimento da industrialização, quanto pela 2ª Guerra Mundial, ou seja, um momento de progresso e inclusão influenciaram a (re) definir uma política educacional.

Nesse sentido, tomaremos a concepção de Paula e Oliveira (2011) que abrange três períodos distintos: entre 1946 a 1958, com o objetivo de erradicar o analfabetismo que seria causador do subdesenvolvimento. Já no período entre 1958 a 1964, essa concepção se modificou passando a ver esse problema não como causa, mas como efeito do subdesenvolvimento e das desigualdades socioeconômicas.

Outrossim, destaca o período temporal de 1964 a 1985 que corresponde à imposição da Ditadura Militar no Brasil que atribuiu à educação um caráter moralista e disciplinador. Nessa perspectiva, a EJA tinha uma missão assistencialista e o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização - era o programa que efetivava essa visão (PAULA E OLIVEIRA, 2011, P.19).

Assim, esse momento caracteriza-se enquanto ruptura histórica, posto que a sociedade passava a se mobilizar politicamente para combater à ditadura e redemocratizar o Brasil.

A partir da década de 1980 até os dias atuais a Educação de Jovens e Adultos se desenvolveu através de políticas governamentais, como da organização da sociedade civil e dos movimentos populares em fóruns sobre a EJA que passaram a mobilizar e intensificar o debate sobre políticas públicas para a EJA. Faz-se pertinente enfatizar que as ações governamentais pensam a EJA em “uma perspectiva supletiva, compensatória” por campanhas periódicas, enquanto que os movimentos populares ressaltam “conquistas, legislação, concepções da EJA e experiências” ((PAULA e OLIVEIRA, 2011, p.19).

Diante dessa concepção Paula e Oliveira (2011) pontuam que as políticas públicas na esfera do Estado expressam-se pela escolarização com ensino supletivo e conteudista da educação, com recursos financeiros e Programas de alfabetização específicos.

Nesse sentido, Paula e Oliveira (2011) trazem alguns desses programas: durante o Governo Sarney (1985) através Fundação Educar; Alfabetização Solidária no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1997); e, Brasil Alfabetizado, Projovem (2005) Programa Nacional de Inclusão de Jovens, como também, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Governo Lula. Por sua vez, existem ações com trabalho voluntário, ofertados por Organizações Não-Governamentais (ONGs), igrejas, iniciativa privada ou autônoma e por movimentos sociais etc. Algumas dessas possibilidades vêm na perspectiva de campanhas com recursos financiados para organização de núcleos de alfabetização, aquisição de materiais, didáticos, remuneração e formação docente. Contudo, faz-se necessário destacar que a oferta desses programas e projetos governamentais tem como objetivar elevar a escolaridade, demonstrando peculiarmente um caráter “compensatório e assistencialista” (GODINHO; FISCHER, 2019, p. 337).

É mister enfatizar que a década de 1980 trouxe conquistas expressivas para a sociedade civil como a redemocratização no Brasil. Conquistas essas advindas da luta pelo fim da ditadura e pelo estado de direito, eleições diretas, formação de uma Assembleia Constituinte, e a Constituição Federal (1988) e o direito à educação para todas as pessoas (SOARES e PEDROSO (2016). O processo de alfabetização passava a ocorrer em espaços diversos com o auxílio da gestão municipal. Para as autoras Soares e Pedroso:

O surgimento do Movimento de Alfabetização (MOVA), na cidade de São Paulo, em 1989, trouxe para a esfera governamental uma formulação híbrida de política pública com participação popular. Como Secretário Municipal de Educação, Paulo Freire viabilizou a ampliação de experiências de alfabetização de adultos que já aconteciam nos grupos populares e nos movimentos sociais, com auxílio de recursos materiais e formação dos alfabetizadores populares (SOARES E PEDROSO, (2016, p. 252).

No que concerne à atuação da Sociedade Civil e dos Movimentos Populares as autoras Paula e Oliveira (2011) destacam a forte influência das concepções e práticas de Paulo Freire na educação popular visando à alfabetização e a cidadania, considerando a parceria com o governo e empresas privadas para promover a transformação da realidade dos educandos da Educação de Jovens e Adultos.

Entre as conquistas no campo da EJA o Estatuto da criança e do Adolescente, instituído através da Lei nº 8.069/1990 reitera a responsabilidade do governo para com a educação de crianças e adolescente no Art. 57 nos alerta:

“[...] O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório [...]” (BRASIL 1990).

Outra conquista importante que está de acordo com a Constituição Federal de 1988 é o reconhecimento da EJA como modalidade da educação integrando-a ao ensino regular pela Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Resolução do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos que flexibiliza a estrutura e organização de programas e currículo.

Diante desses avanços da EJA podemos dar ênfase ao marco legal da Constituição Federal Brasileira de 1988 que trata no Título VIII “Da Ordem Social”, Capítulo III sobre “Da Educação, da Cultura e do Desporto” e na Seção I “Da Educação” estabelece no Art. 205 que “[...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]”.

Vale reiterar que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e estabelece na Seção VI, Art. 37 e Incisos 1º e 2º que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Porém, mesmo diante da existência de uma Lei que visa oferecer a Educação de Jovens e Adultos, as estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), em 2019, trazem dados que revelam a triste realidade dessa modalidade de ensino com alunos que deveram cursar o Ensino médio. As estatísticas demonstram que a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade concentra 6,6% de nossa população, ou seja, 11 milhões de analfabetos (IBGE-EDUCA, 2020).

Por sua vez, de acordo com os dados da Agência IBGE (2020), em 2019 aproximadamente 75% dos jovens de 18 a 24 anos apresentam distorção idade-série ou abandonaram os estudos. Esses dados são apresentados pelo PNAD afirmando que:

Em 2019, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 32,4%. Por sua vez, 21,4% desses jovens frequentavam cursos da educação superior e 11,0% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da educação básica. Já 4,1% haviam completado o ensino superior e 63,5% não frequentavam escola e não concluíram o ensino obrigatório. (AGÊNCIA IBGE, 2020).

No que concerne ao abandono escolar vale enfatizar que ocorre de forma mais acentuada durante a passagem do ensino fundamental para o médio. Nesse sentido, o principal motivo

para o abandono escolar vem a ser necessidade de trabalhar, bem como não ter interesse em estudar. Essa perspectiva retrata mais a realidade entre os homens, enquanto que para as mulheres o motivo decorre da falta de interesse seguida pela gravidez, bem como, necessidade de trabalhar e trabalho doméstico.

A Educação de Jovens e Adultos enquanto direito adquirido, no Brasil ainda enfrenta muitos desafios em sua proposta educativa para enfrentar as desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais.

## O CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA: O CELEM

O CELEM, Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães situa-se na Sede do município de Tucano e, atualmente é uma escola de Ensino Médio. A instituição é conhecida popularmente como Estadual e foi fundado em 1978, portanto, com uma história de serviços prestados à população tucanense de 42 anos. Enquanto instituição de Ensino Médio comporta o curso regular de Formação Geral (1ª, 2ª e 3ª séries) e Educação de Jovens e Adultos.

Evidentemente, por ser uma escola pública, bem como, uma das maiores instituições escolares do Município de Tucano apresenta em sua trajetória momentos com altos e baixos.

O CELEM em 2020 tem aproximadamente 1500 alunos matriculados e comporta no noturno a Educação de jovens e adultos (EJA), a qual está organizada sob a forma de Tempos Formativos.

É importante considerar em que contexto estão inseridos os Tempos Formativos. De acordo com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA, 2020). A EJA está representada através dos Tempos Formativos I, II e III são cursos oferecidos com

[...] matrícula anual, nos quais as aulas são presenciais e exigem frequência diária. O currículo é organizado em eixos temáticos, temas geradores e áreas de conhecimento. O centro do processo de formação são as experiências de vida e es-



estratégias de sobrevivência dos sujeitos jovens, adultos e idosos. O curso total é composto de três (03) segmentos distribuídos ao longo de sete (07) anos (SEC-BA, 2020).

O 3º Tempo Formativo que equivale ao Ensino Médio compõe-se pelo – Eixo VI que elenca as disciplinas das áreas de acordo com os saberes necessários Linguagens (com Língua Portuguesa e Língua Inglesa), Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), artes e atividades laborais. E Tempo Formativo Eixo VII que comporta saberes necessários às Ciências da Natureza (Física, Química, Biologia e Matemática, Artes e atividades laborais) no noturno.

De acordo com Santos (2019, p. 80), em 2017, constava no Sistema de Gestão Escolar (SGE8), matriculados 1.311 alunos no curso regular nos turnos matutino, vespertino e noturno do CELEM. Para Santos (2019, p. 78), “[...] o curso de EJA vem sendo oferecido no noturno é destinado aos discentes, jovens adultos e idosos que em sua diversidade advêm de outras experiências escolares, socioculturais e não puderam dar continuidade aos [...]”. No ensino regular os índices de aprovação do Matutino são de 78%, do vespertino são de 80% e 60% no noturno. A taxa de reprovação tanto do matutino quanto do vespertino alcança 18% e do noturno 25%. Contudo, a taxa de reprovação da EJA tem um índice preocupante de 56%.

Dessa forma, podemos inferir através dos dados fornecidos no que concerne à aprovação dos alunos do Ensino Regular pela gestão escolar do CELEM demonstram um esforço por parte da equipe pedagógica e dos alunos com apenas 4%, 2% e 0,0%, respectivamente, de aprovação com dependência em algum componente curricular no turno oposto.

Santos (2019, p. 80), Entretanto, traz os resultados apresentados pelos alunos da EJA que atendeu a um total de 234 alunos, distribuídos no Eixo VI com 119 estudantes (03 turmas) e no Eixo VII com 115 (03 turmas) que são bem preocupantes, posto que a reprovação por falta

apresentou um índice de 15%, enquanto que a reprovação foi de 25%.

Ainda considerando os dados construídos por Santos (2019, p. 80) “[...] De maneira geral a exceção nos bons resultados foi a EJA, posto que os dados revelam que a aprovação esteve em 44% [...]”.

A leitura desses baixos índices de aprendizagem demonstra a necessidade de uma análise e de uma proposta educacional que comporte os tempos e os processos pedagógicos não construídos, posto que os índices de reprovação são muito altos, na ordem dos 56%. Ao falar da EJA, Rodrigues e Santos (2017, p. 46) ressaltam: “[...] O educando da EJA pode não ter a chamada “cultura erudita”, mas certamente, carrega consigo um amplo acervo cultural popular necessário no processo de ensino-aprendizagem [...]”.

Rodrigues e Santos (2017, p. 46) questionam: “[...] como articular uma discussão sobre currículo com os sujeitos inserido nesse universo? “As experiências sociais, culturais, políticas e sua multiplicidade necessitam enriquecer o currículo [...]”. Assim, faz-se necessário considerar os sujeitos da EJA em sua diversidade, com experiências de vida e capazes de aprender e se apropriar do conhecimento a partir de um currículo que se adequa a essa modalidade e ao tempo vivido por eles.

Nesse sentido, há necessidade de mais atenção para com os estudantes do noturno e de repensar as experiências educativas no espaço escolar para promover aprendizagem dos estudantes, considerando o contexto e o fato de que suas histórias de vida são muito complexas e que podem dificultar sua permanência na escola, porém isso só será possível mediante a construção de uma relação respeitosa e interação entre professor e aluno no ambiente escolar, posto que de acordo com Arroyo (2006, p. 201-21), “[...] Não é qualquer jovem e qualquer adulto. São Jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-raciais, do campo, da periferia [...]”. Nessa perspectiva, faz-se imperativo para

o educador conhecer os sujeitos, bem como os conhecimentos construídos pelos discentes através de atividades planejadas.

## SUJEITOS E SABERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos comporta uma diversidade de sujeitos, por conseguinte, precisa ser planejada para atender as aspirações e interesse desse grupo.

Os sujeitos da EJA trazem especificidades em suas histórias de vida, o que pode nos fazer compreender esse baixo índice de aprovação, o qual pode estar ocorrendo por não se considerar o estudante desse segmento como sujeito plural, com uma identidade própria que sofre desigualdades por pertencer a um determinado contexto, seja rural ou urbano.

Diante dessa perspectiva, faz-se pertinente considerar quem é o jovem, o adulto e o idoso que frequenta o curso da EJA para planejar e construir atividades curriculares com os sentidos e significados que dialoguem com o universo desse aluno específico e inserir essas demandas no Projeto Político Pedagógico da instituição para que possa construir processos educativos emancipatórios condizentes com a faixa etária desse público (SANTOS E SANTOS, 2017).

Nessa perspectiva considerar a diversidade dos sujeitos da EJA torna-se imprescindível. A diversidade comporta a faixa etária, a etnia, a cultura, como também o analfabetismo que requerem ações planejadas (PAULA E OLIVEIRA, p. 50). Para tanto, torna-se mister construir espaços de diálogo para que esse sujeito possa sentir-se acolhido na sua singularidade e complexidade.

Nesse sentido, construir estratégias pedagógicas que dialoguem com os sujeitos, alunos da EJA pela heterogeneidade desse segmento social, o que refletiria em um avanço para essa modalidade de ensino.

Diante desses argumentos refletindo aspectos específicos e suas implicações para o sujeito

da EJA como ser homem ou mulher, a etnia dos educandos relacionados à desigualdade e, portanto à exclusão, preconceitos, as experiências religiosas, a região onde vive e suas expectativas de vida (PAULA E OLIVEIRA, 2014, p. 46).

Corroborando com essa perspectiva dos sujeitos da EJA poderíamos organizar estratégias educacionais na escola como em outros espaços para ouvir, colher informações nas quais os discentes da EJA pudessem expressar seus projetos de vida, suas concepções políticas, como também ampliar o conhecimento sobre determinada temática.

Algumas estratégias como “Salões de Encontros e Conversas”, seja organizando encontros culturais como para saraus com os alunos, mesas redondas, rodas de conversa, assembleias, além de parcerias com voluntários e especialistas em temáticas atuais de interesse dos discentes dentre outras estruturas de transformação, possíveis para uma maior efetivação da proposta de estratégias pedagógicas visando uma aproximação entre a realidade da escola e a dos alunos.

Por sua vez, estratégias pedagógicas em espaços formais e informais que permita vez e voz aos sujeitos jovens, adultos e idosos que considerem os contextos existenciais como as condições de vida, necessidade de trabalhar, posto que são pais, mães, chefes de família, jovens ou adultos que precisam sobreviver. Assim, corroboramos com Thompson, (2002) ao refletir que: “[...] A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e do currículo [...]”.

Desse modo, construir currículos que considerem os contextos das experiências vivenciadas pelos alunos da EJA que relacionam-se com seu trabalho, com suas condições socioeconômicas, e faixa etária, relações sociais, de gênero, de etnia, de orientação sexual, de vida vivenciada por esse segmento educacional.

Considerando essas perspectivas quanto ao PPP do CELEM, instituição na qual fora



realizada a pesquisa com os jovens e adultos que faz uma referência importante que contraria essa postura apática por uma parcela dos segmentos da escola neste documento ao pontuar: “[...] o ato de pensar a escola jamais pode ser isolado, individual, solitário, visto que essa deve ser uma ação de grupo, participativa, dinâmica e, sobretudo, democrática (CELEM, 2011, p. 8) [...]”.

No CELEM há mais de duas décadas vem se realizando todos os anos um projeto intitulado Jornada de Conhecimento o qual ocorre em diversas modalidades como work shop, feiras culturais, gincana. Porém, a modalidade gincana desperta um interesse maior por envolver diversas expressões artísticas, intelectuais e sociais.

Para Santos (2019, p. 131) na realização de projetos culturais o espaço escolar, como projeto da Jornada de Conhecimento ou outros desenvolvidos em seu planejamento, pode não interessar tanto ao professor por ter que sair da sua “zona de conforto”, pois vislumbra desenvolver seu trabalho de forma particular, pensado na academia em sala de aula, e não como expressão de um trabalho coletivo quanto ao aluno da EJA por suas especificidades.

Por fim, a falta de recursos financeiros destinados pode prejudicar o andamento do projeto e desestimular os sujeitos envolvidos. Santos (2019) reitera que na maioria dos relatos esses aspectos perpassam por

[...] necessidade de mais diálogo e apoio entre gestores, professores, estudantes e entre as comissões. Assim, somam-se aos limites da JC: falta de tempo extra para que os professores acompanhem as equipes devido ao excesso de atividades que precisam realizar concomitantemente às atividades da JC; os conflitos durante o desenvolvimento do projeto; a realidade dos estudantes do noturno, os quais podem ser subestimados nas suas percepções e aptidões para seus fazeres cotidiano.

Por essa visão equivocada em relação ao desempenho dos estudantes dos do noturno, percebemos o quão superficial pode ser esse tipo de avaliação dos professores em relação

aos educandos, visto que o noturno, por suas especificidades, poderia não participar dos projetos escolares.

Outrossim, Santos (2019, p. 132) realça que ao abrir espaço para integrá-los, considerando-os capazes de realizarem o que quiserem, seus direitos são respeitados. Desse modo, o projeto da Jornada de Conhecimento, seu planejamento, organização e acompanhamento poderão construir significados e saberes para os discentes da EJA e estes participam ativamente, pois enquanto estudantes têm os mesmos direitos de serem incluídos nas propostas educacionais da escola.

Realizar um projeto pedagógico baseado nas experiências do contexto enxergando-o em seus desejos e demandas reflete um desejo dos discentes. São importantes para Corti (2014, p. 310), pois “[...] a experiência dos alunos e seu caráter socialmente construído se torne mais visível [...]”, por que para essa modalidade de ensino existem muitas expectativas para o futuro.

Para o jovem da EJA está na hora de fazer escolhas, mas por algum motivo não são possíveis como deseja naquele momento. O estudante jovem sente que precisa elaborar projetos para sua vida.

Por sua vez, para o adulto trata-se de recuperar ou dar continuidade aos estudos, realizar sonhos, embora as condições que lhes são postas, muitas vezes, inviabilizam tais projetos. Sposito (2008, p. 86) reforça essa perspectiva quando afirma que: “[...] é difícil, no Brasil, analisar a escolaridade de modo fragmentado, isolando-a de outros mecanismos perversos de reprodução de desigualdade situados na esfera do trabalho [...]”. Faz-me mister reiterar que tanto o jovem quanto o adulto trabalha ou precisa trabalhar e, em um Brasil tão diverso e desigual, muitas ações podem desequilibrá-lo exatamente nesse momento de sua vida.

Destarte, vale compreender a importância de se investir em políticas públicas para os alunos da EJA, para que não seja apenas uma compensação e, sim oferecer educação de qua-

lidade para empoderar esses sujeitos através da formação intelectual, profissional e cidadã para que garantidas de fato e de direito contribuindo para dirimir a desigualdade socioeconômica em nosso país e no mundo.

## A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CURRÍCULO E TRABALHO

Considerando que a EJA é uma modalidade de ensino oferecida a jovens e adultos em idade de trabalho, ou seja, prioriza uma prática educacional destinada a uma categoria social que carrega em si, trajetórias de vida particulares marcadas por um lado, desigualdade socioeconômica e por outro lado, pela precariedade da educação oferecida, como pelos poucos anos de escolaridade dos jovens, das jovens, homens e mulheres trabalhadores.

Esses aspectos específicos são resultados de todo um processo histórico que privilegiou a classe rica, como os latifundiários oferecendo aos mais pobres os trabalhos manuais na agricultura e posteriormente, na agroindústria e indústria. Assim, faz-se necessário refletir e planejar os atos de currículo mediante essas especificidades, posto que para Ciavatta e Rumert (2010, p. 470) em educação:

“[...] todas as relações pedagógicas são socialmente determinadas e constituem relações de forças que marcam uma dada sociedade e, conseqüentemente, os serviços sociais oferecidos à população, entre os quais, a educação. Segundo, as escolhas que presidem a organização curricular derivam de critérios de caráter sócio-político que, por sua vez, definem os procedimentos teórico-metodológicos e as práticas educativas.

Os atos de currículo precisam considerar a realidade socioeconômica, o lugar de fala dos sujeitos da EJA e da unidade de ensino, desse modo, as práticas curriculares os valores, a cultura, o conhecimento pelo coletivo de professores, gestores e especialmente dos discentes.

No contexto da prática faz-se imprescindível considerar os saberes curriculares por parte dos professores em construir procedimen-

tos metodológicos visando “a alfabetização de pessoas adultas”, bem como atender às necessidades, aos interesses, ritmos e tempos dos educando (SANTOS, p. 170, 2010).

A prática educacional exige dos educadores diversos saberes que comportam princípios educacionais que norteiam prática do professor que aqui fundamenta-se na concepção de Tardif (2005). Estes saberes perpassam para Tardif (2005) em: saberes da formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais.

Importa reiterar que os alunos que frequentam a EJA desenvolvem no diurno diversas atividades laborais como trabalho doméstico, pedreiros, padeiros, garis, serviços de apoio em instituições, vendedores no comércio e em feiras livres, atendentes de caixas, cuidadores, agricultores, mototáxis, entre tantas outras atividades de trabalho que apenas lhes pertinente sobreviver com pouca ou baixa remuneração. Esses alunos muitas vezes percebem que com pouca escolaridade dificilmente conseguirão trabalhos melhores, com melhores condições de salários e de uma vida digna, por isso retornam aos estudos e à escola.

No que concerne às atividades laborais dos jovens e adultos da EJA percebemos a necessidade de um estreitamento da relação professor aluno no sentido de conhecer um pouco do cotidiano e do trabalho que realiza durante o dia.

Vivemos um cotidiano intenso, imerso de situações que nos empurram para frente ou que podem nos derrubar, e no trabalho não é diferente; ao desenvolvê-lo passamos por experiências, tanto positivas, ao realizá-lo com êxito, quanto negativas quando não conseguimos realizá-lo conforme se espera, pelo fardo que carregamos ou por constrangimentos, pela distância entre trabalho casa e escola, pelos baixos salários, enfim, diversas situações que ocorrem no dia a dia com qualquer pessoa que trabalha, que vive e que nos afligem por que somos humanos.

No que concerne ao trabalho, à educação no Brasil carece de conhecimentos e técnicas espe-

cíficas para que os discentes possam adquirir o domínio do trabalho e do mundo em que vivemos (CIAVATTA; RUMMERT, 2010), visto que herdou desde seus primórdios passando pela modernidade, chegando à contemporaneidade com os mesmos problemas e restrições à instrução e ao conhecimento e a precariedade do sistema educacional como um todo (CIAVATTA; RUMMERT, 2010).

A EJA carrega em sua estrutura organizacional uma grande responsabilidade, enquanto possibilidade de compensar uma dívida social, na escola, como fora do espaço educacional, advindas como mencionado da profunda desigualdade socioeconômica da sociedade brasileira. Gouveia e Silva (2015, p. 751) pontuam:

“[...] dívidas sociais como a necessidade dos jovens de trabalhar cada vez mais cedo para sustentar a família e as dívidas pedagógicas, pois percebe-se também um afastamento dos alunos devido às falhas em um processo educacional que muitas vezes se mostra discriminatório e incapaz de envolver o indivíduo de maneira que este se perceba parte do processo ensino-aprendizagem [...]”.

Mesmo considerando que a EJA é um direito que social garantido pela Lei 9394/98, fica evidente a distância entre o interesse dos discentes e a qualidade da educação oferecida para sujeitos que já vivenciam um processo de desigualdade social, assim, ao analisarem a EJA e a obra “Passageiros da noite: do trabalho para a EJA”, de Arroyo as pesquisadoras Ferreira e Vitorino (2019, p. 2) afirmam:

[...] o distanciamento entre esses sujeitos de (não) direitos, jovens-adultos ou adolescentes-crianças, e a possibilidade de os mestres-educadores garantirem o entendimento de eles se compreenderem como vítimas de desigualdades e terem atitude de resistência diante das injustiças sofridas.

Desse modo, vale enfatizar a necessidade de uma boa formação pedagógica em torno da docência, visando à formação intelectual, profissional e humana. A formação precária tanto no sentido teórico, como prático do educador, pode muitas vezes impactar no exercício da

práxis com os alunos da EJA e isso se reflete na sua identidade, enquanto seres humanos que são e que os fazem vítimas desse processo desumano de “um fazer educação” sem considerar os contextos existenciais dos jovens e adultos que são trabalhadores, mas também dos professores-educadores.

Portanto, faz-se oportuno e urgente adentrar para dentro do espaço escolar as identidades dos sujeitos das EJA “[...] no intuito de garantir aos alunos um conhecimento escolar libertador e capaz de lhes permitir “saberem-se vivos” e com direito à vida [...]” (FERREIRA E VITORINO, 2019, p. 3), posto que são adolescentes, jovens, idosos, mulheres e homens que trazem consigo trajetórias de vida de um cotidiano sofrido, de pobreza, de violência, de trabalho exaustivo e mau remunerado, que em sua diversidade trazem competências e habilidades desenvolvidas dentro de um contexto entrelaçado de uma cultura e uma história própria.

Para tanto, a prática pedagógica precisa estar pautada em pilares de ação-reflexão-ação, e desse modo, para Freire (1987, p. 8) “[...] a verdadeira reflexão crítica origina-se e dialatiza-se na interioridade da práxis, constitutiva do mundo humano – é também práxis [...]”, o que exige uma boa formação por parte do professor. Uma formação pedagógica humana e humanizadora, que liberte todos e, consiga romper, portanto, com a negação do direito à educação de qualidade, tão necessária para uma vida digna, para viver em sociedade e desse modo, uma educação libertadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA é uma modalidade de ensino oferecida pela Rede Pública de Educação e está destinado a sujeitos que não conseguiram concluir os estudos na faixa etária que compreende a Educação Básica por diversos motivos que perpassam pela necessidade de trabalho e viabilizar os projetos de si.

A EJA precisa no espaço escolar da elaboração de um projeto pedagógico baseado

nas experiências do contexto dos educandos, enxergando-os em seus desejos e demandas. Desse modo, torna-se importante investir em uma formação pedagógica humana e humanizadora, que liberte todos e, consiga romper, portanto, com a negação do direito à educação de qualidade que é o objetivo próprio da vida em sociedade.

Nesse sentido, faz-se pertinente investir em políticas públicas que reservem recursos humanos, materiais e financeiros para os alunos da EJA, para que o curso não seja apenas uma compensação, mas sim que ofereça educação de qualidade.

Outrossim, torna-se imprescindível considerar os sujeitos da EJA e suas condições socioeconômicas, faixa etária, relações sociais, de gênero, de etnia, de orientação sexual, de vida vivenciada por esse segmento educacional. E dentro dessa perspectiva repensar a prática pedagógica da EJA para a formação para o trabalho, que se configura em uma das maiores preocupações para os discentes da EJA.

Desse modo, garantir de fato e de direito uma boa formação intelectual, profissional e cidadã empoderando esses sujeitos contribuindo para dirimir as desigualdades socioeconômicas em nosso país e no mundo.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE. **PNAD Educação 2019**: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio#:~:text=Em%202019%2C%20a%20taxa%20de,dos%20cursos%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica>>. Acesso em 01 de Nov./2020.
- BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Tempos Formativos – Eixo VI e Eixo VII. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/tempos-formativosadultos>> Acesso em: 03 de Nov./2020.
- BRASIL, Senado. **Artigo 205**. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp#>](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp#>). Acesso em: 03 de Nov./2020.
- CELEM. Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães. **Projeto Político-Pedagógico**: a identidade da escola e dos sujeitos que a constituem. Tucano-BA, 2011.
- CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010.
- FERREIRA, Edna Maria de Oliveira; VITORINO, César Costa. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. **Revista Brasileira de Educação**. v. 24 e 240007. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- GODINHO, A. C.; FISCHER, M. C. Escola, trabalho e gênero: uma experiência da Educação de Jovens e adultos na rede pública de ensino de Porto Alegre. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 335-354, mai./jun. 2019.
- GOUVEIA, Daniele da Silva Maia; SILVA, Alcina Maria Testa Braz da. A FORMAÇÃO EDUCACIONAL NA EJA: DILEMAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. **Revista Ensaio**: Belo Horizonte, v.17, n. 3, p. 749-767, set-dez., 2015.
- PAULA, Claudia Regina de; OLIVEIRA, Maria Cristina de. **Educação de jovens e adultos**: a educação ao longo da vida. Curitiba: Ibpex, 2011.
- RODRIGUES, Zwinglio Alves; José SANTOS, Jackson Reis dos. Educação de Pessoas Jovens, adultas e idosas – Interfaces entre direito à educação, educação popular, currículo(s) e saberes experienciais. **Currículo(s) na EPJAI**: considerações sobre o caráter múltiplo e diferenciado dessa modalidade educativa. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2017
- SANTOS, José Jackson Reis dos. Especificidades dos saberes para a docência na educação de pessoas jovens e adultas. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista v. 6, n. 8 p. 157-176, jan./jun. 2010.
- SANTOS. Magali Suzana Santos. Culturas Juvenis na Escola Pública: contextos de uma instituição de ensino médio em Tucano-BA. Dissertação do Mestrado em Educação/UEFS, 2019.
- SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**,

Curitiba- Editora UFPR n. 31, p. 169-189, 2008.

SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Formação de educadores na educação de jovens e adultos (Eja): alinhavando contextos e tecendo possibilidades **Educação em Revista**, vol.32 no.4, Belo Horizonte Oct./Dec. 2016.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Realidade & Educação**, jul./dez., 2008, p. 83-97.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 5<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

THOMPSON, E.P. Educação e experiência. In: THOMPSON, E.P. Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 11-47.

*Recebido em: 11/04/2023*

*Aprovado em: 14/09/2023*